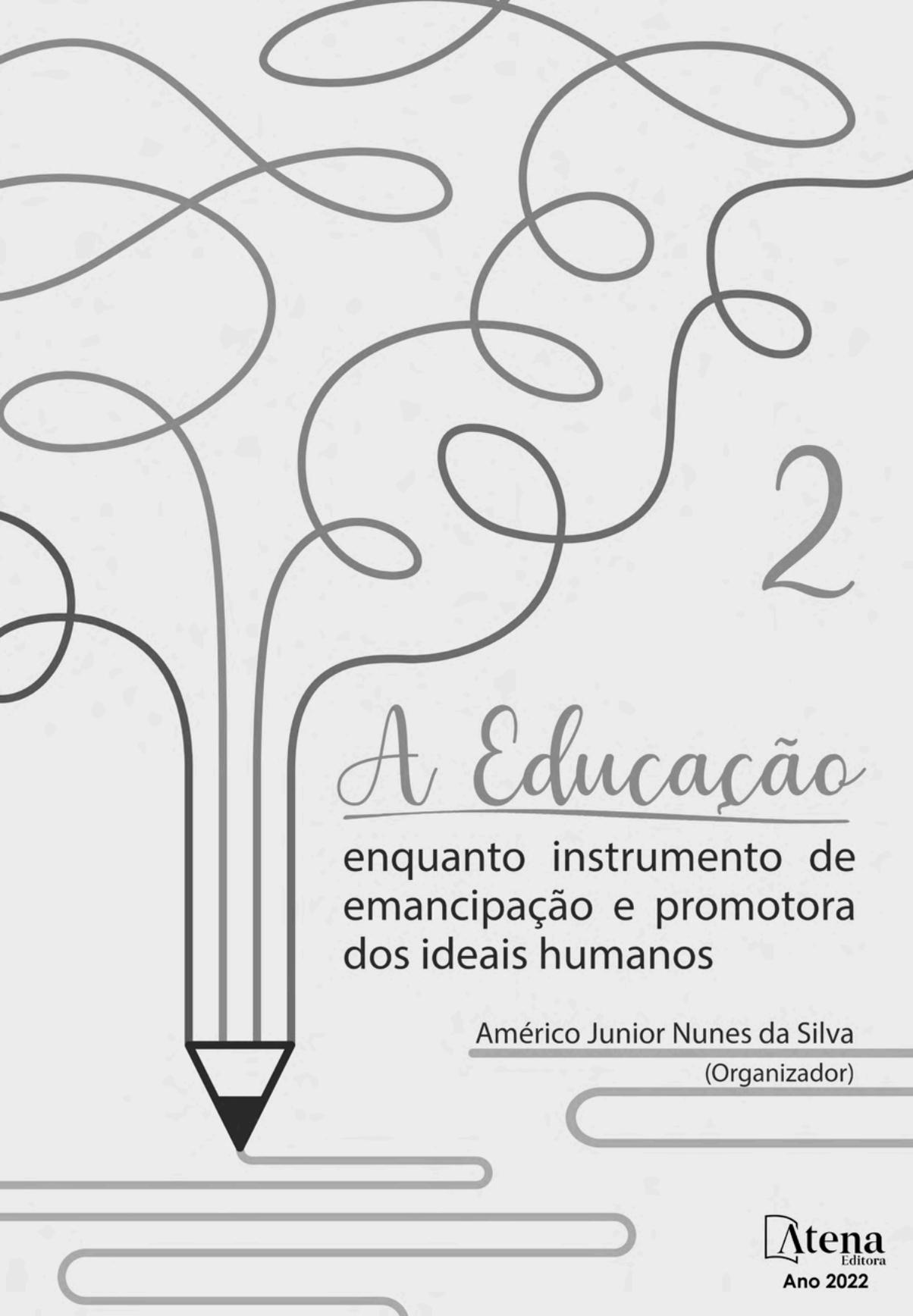


2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 2 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-853-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.530222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercruza.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

E-EDUCAÇÃO: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DA INTERNET COMO AMBIENTE PROMOTORA DE DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO FRENTE AOS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19

Mateus Catalani Pirani

Daniel Stipanich Nostre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228011>

CAPÍTULO 2..... 9

GESTÕES ARBITRÁRIAS E FINANCIAMENTOS INSUFICIENTES: AS OCUPAÇÕES DE ESCOLAS COMO UMA RESPOSTA

Francisco Pinto de Azevedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228012>

CAPÍTULO 3..... 20

O ACOLHIMENTO MULTIGERACIONAL EM PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIOS

Andréa Holz Pfützenteuter

Ana Carolina Ribeiro Albino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228013>

CAPÍTULO 4..... 27

AUTORREGULAÇÃO DA APRENDIZAGEM: ASPECTOS CONCEITUAIS, CARACTERÍSTICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO SUPERIOR

Wellita de Sousa Igreja

Denise Martins da Costa e Silva

Ruth Raquel Soares de Farias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228014>

CAPÍTULO 5..... 38

ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DE UM MODELO BIOPSISSOCIAL: ASPECTOS TEÓRICOS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Jailson Oliveira da Silva

Allysson Macário de Araújo Caldas

Rafael Ramos Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228015>

CAPÍTULO 6..... 60

EDUCAÇÃO ON-LINE ENQUANTO POSSIBILIDADE PARA O ENSINO NO PÓS-PANDEMIA

Fernanda Sanjuan de Souza

Genielli Franca da Silva

Kelly Cristina Brito de Jesus

Priscila Silva da Fonseca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228016>

CAPÍTULO 7..... 77

A EDUCAÇÃO DOS IMIGRANTES ALEMÃES E OS ENSINAMENTOS PEDAGÓGICOS DE CHARBONNEAU

Jefferson Fellipe Jahnke

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228017>

CAPÍTULO 8..... 85

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA ACADÊMICA INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UM PROTOCOLO POSSÍVEL

Rosemy da Silva Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228018>

CAPÍTULO 9..... 102

A IMPORTÂNCIA DO OLHAR ANTROPOLÓGICO E DA ETNOGRAFIA NO ESPAÇO ESCOLAR NO PROCESSO DE TRANSMISSÃO DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

Amanda Gomes Pereira

Juliana Moraes Casto

Lucas Oliveira dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5302228019>

CAPÍTULO 10..... 112

GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO: O OLHAR DO ALUNO EGRESSO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Emily Cabral dos Santos

Joseval dos Reis Miranda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280110>

CAPÍTULO 11..... 142

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÃO DE PRÁTICAS DE ENSINO

Elaine Cristina Mateus Novacowski

Sandra Aparecida Cavallari.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280111>

CAPÍTULO 12..... 153

CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

Maria da Anunciação Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280112>

CAPÍTULO 13..... 176

NOVAS PROPOSTAS DE ATIVIDADES EM GRUPO ON-LINE PARA ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Fernanda Celestino dos Santos Espanhol

Joceli Maria Zandonai Garbozza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280113>

CAPÍTULO 14..... 188

INTERCULTURALIDADE EM FREIRE: DIÁLOGO ENTRE OS PRINCÍPIOS FREIREANOS E AS PRÁTICAS INTERCULTURAIS NO ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Camila Nunes Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280114>

CAPÍTULO 15..... 198

APLICAÇÃO DO MÉTODO SNOEZELEN EM UMA CRIANÇA COM TEA: UM ESTUDO TRANSVERSAL E EXPERIMENTAL

Cristiane Gonçalves Ribas

Haysa Camila Boguchevski

Francine Gavloski

Thayná Aquino Gonçalves

Thayná Carolina Sant'Ana Cantelli

Wellington Jose Gomes Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280115>

CAPÍTULO 16..... 208

EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE REDES SOCIAIS E MORALIDADE

Vítor de Moraes Alves Evangelista

Rita Melissa Lepre

Aline Kadooka

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280116>

CAPÍTULO 17..... 220

OS (DES)CAMINHOS DA ADOÇÃO NO BRASIL: OS DIREITOS DA CRIANÇA E SUAS RESPECTIVAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ATENÇÃO: UM RELATO DE CASO

Patrícia Panisa

Marco Antonio de Oliveira Branco

Isaac Vitório Correia Ferraz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280117>

CAPÍTULO 18..... 227

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PROGRAMA “EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE” COMO POLÍTICA PÚBLICA DE DESCENTRALIZAÇÃO

Marcella Suarez Di Santo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280118>

CAPÍTULO 19..... 238

REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO POPULAR A PARTIR DA PEDAGOGIA FREIREANA

Carlos Alberto Xavier Garcia

Simone Medeiros da Silva Garcia

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280119>

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 20..... | 243 |
| EXPERIÊNCIAS SIGNIFICATIVAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE UBERLÂNDIA | |
| Stella Santana da Silva Jacinto | |
| Ronaldo Alves dos Santos | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280120 | |
| CAPÍTULO 21..... | 251 |
| GAMIFICAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUAS | |
| Rosemary Lapa de Oliveira | |
| Risonete Lima de Almeida | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280121 | |
| CAPÍTULO 22..... | 259 |
| LETRAMENTO INFORMACIONAL: O QUE REPRESENTAM OS RISCOS NA INTERNET | |
| Josete Maria Zimmer | |
| Maria de Fátima Serra Rios | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280122 | |
| CAPÍTULO 23..... | 269 |
| LUDICIDADE NA SALA DE AULA: SUPERAÇÃO DAS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM UTILIZANDO JOGOS, BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS | |
| Juscilene Andreia de Oliveira | |
| Gilmar Dias | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280123 | |
| CAPÍTULO 24..... | 281 |
| ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS DE INCENTIVO À LEITURA EM CRIANÇAS DE UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL | |
| Suelma Cláudia de Paiva Silva | |
|  https://doi.org/10.22533/at.ed.53022280124 | |
| SOBRE O ORGANIZADOR..... | 297 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 298 |

CAPÍTULO 16

EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE REDES SOCIAIS E MORALIDADE

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 19/10/2021

Vítor de Moraes Alves Evangelista

Universidade Estadual do Norte do Paraná -
Campus de Cornélio Procópio
<https://orcid.org/0000-0003-2879-751X>

Rita Melissa Lepre

Universidade Estadual Paulista (UNESP) -
Bauru
<https://orcid.org/0000-0002-0096-3136>

Aline Kadooka

Secretaria Municipal de Educação e Cultura
(Sertaneja). Paraná.
<https://orcid.org/0000-0002-9630-0520>

RESUMO: O uso de equipamentos digitais e o acesso à rede mundial de computadores têm contribuído para ampliar a complexidade das relações sociais. Se por um lado, as redes sociais tem facilitado a vida dos indivíduos, por outro, vários riscos e problemas assolam os seus usuários (hiperconexão, hipervirtualidade, distância emocional, imediatismo-impulsividade, cyberbullying). Alguns usuários da rede sentem-se mais à vontade para executar ações virtuais, por vezes despercebidas, que acabam por perpetrar o assédio através das redes (desrespeito, perseguição, difamação, violação de privacidade, exclusão social). A falta de uma moral que oriente os sujeitos acaba por ser a principal responsável pela origem desses problemas. Tendo como base os valores sociomORAIS, as intervenções

educacionais podem antecipar as situações de risco pelas quais os alunos possam enfrentar, principalmente aquelas que são intermediadas pelas novas tecnologias como os sites de redes sociais. Espera-se que a educação em valores sociomORAIS possa se tornar crucial na proteção aos riscos relacionados ao uso das redes sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em valores sociomORAIS; redes sociais; moralidade.

EDUCATION IN SOCIOMORAL VALUES: A REFLECTION ON SOCIAL NETWORKS AND MORALITY.

ABSTRACT: The use of digital equipment and access to the world wide web have contributed to increase the complexity of social relationships. If, on the one hand, social networks have made life easier for individuals, on the other, several risks and problems affect their users (hyperconnection, hypervirtuality, emotional distance, immediacy-impulsivity, cyberbullying). Some network users feel more comfortable performing virtual actions, sometimes unnoticed, which end up perpetrating harassment through the networks (disrespect, harassment, defamation, violation of privacy, social exclusion). The lack of a morality that guides the subjects turns out to be the main responsible for the origin of these problems. Based on socio-moral values, educational interventions can anticipate risk situations that students may face, especially those that are mediated by new technologies such as social networking sites. It is hoped that education in socio-moral values can become crucial in protecting against risks related to the use of social networks.

KEYWORDS: Education in sociomoral values;

social networks; morality.

INTRODUÇÃO

A informatização tornou-se marca registrada do mundo contemporâneo, mas será que estamos realmente conscientes das consequências de toda essa evolução? Os avanços das ciências e da tecnologia fizeram emergir novas formas de comunicação que influenciaram em diversos aspectos do mundo real e produziram inúmeros efeitos nos sujeitos. A sofisticação dos meios de comunicação e a massificação do uso da Internet na chamada “sociedade em rede” estão proporcionando grandes mudanças em diferentes âmbitos da sociedade contemporânea. Por isso a investigação sobre o uso das redes tornou-se essencial para pensar sobre as suas repercussões na humanidade, mais precisamente por causa dos impactos imprevisíveis das tecnologias na política econômica, cultural, de trabalho e de lazer de nossas sociedades (CABRA-TORRES E MARCIALES-VIVAS, 2011).

A comunicação além de ser essencial para o exercício da cidadania é uma das responsáveis pelo molde da cultura (CASTELLS, 1999). Ao mesmo tempo, os meios de comunicações foram afetados drasticamente pela evolução tecnológica, de modo que, não apenas alterou os hábitos cotidianos, mas instaurou uma nova forma viver, o “viver online”. Essa nova configuração cultural é marcada pela possibilidade de aparentar ser alguém, qualquer alguém que a imaginação desejar (COLVARA, 2013).

A *Web* foi inventada a partir de pesquisas militares no final da década de 90, tendo como principal contexto a Guerra Fria. Sua primeira versão tinha como objetivo principal a comunicação e a transmissão de dados. Posteriormente, ela foi sendo aperfeiçoada e ganhou o status de *Web 2.0*, após receber significativas mudanças em sua utilidade, migrando de um simples canal de consulta e comunicação para uma plataforma interativa. Podemos destacar nessa transição o aparecimento dos chamados Sites de Redes Sociais Online (SRS), que são sistemas que permitem a interação de pessoas, a formação de grupos e diversas formas de compartilhamento de informações (DE SANTANA ET AL, 2009).

Ellison et al. (2007) definem as SRSs como espaços utilizados para expressão na Internet. Eles são diferenciados dos sites da *Web* por permitirem ao usuário a construção de um perfil (persona) ou página social, interações através dos comentários e a exposição pública de cada ator. De acordo com, Machado e Tijiboy (2005) esses sites ou softwares sociais funcionam como mediadores sociais, já que permitem que os usuários se relacionem com outras pessoas no ambiente virtual, além de proporcionar a experiência de partilha, o aglutinamento de pessoas através de interesses comuns e a discussão de vários temas. Esses sites se multiplicam a cada dia na *WEB*, em contínuo movimento de mudança, cada um com objetivos e recursos específicos, mas no geral, as redes de relacionamentos virtuais visam impulsionar as relações humanas, oferecendo ao outro a oportunidade de

observarem através de suas publicações, um pouco do seu cotidiano. Essa sofisticação dos meios de comunicação, não alterou apenas os hábitos cotidianos, mas criou uma nova ideia de espaço.

Para Silverstone (2013) e Avilés (2010, 2013a, 2013b, 2015), o uso indiscriminado dos sites de redes sociais podem ter consequências prejudiciais ou benéficas, dependendo principalmente da forma como é utilizada por seus diferentes atores. Se por um lado, as redes sociais tem facilitado a comunicação entre os indivíduos, superado a barreira da distância e do tempo e aumentado a nossa rede de contatos, trazendo assim, melhorias na aprendizagem, troca de informações, amizades; por outro, vários riscos e problemas assolam os seus usuários. O uso indiscriminado e descontrolado da rede tem contribuído para o surgimento de: dependência, vícios, hiperconexão, hipervirtualidade, distância emocional, imediatismo-impulsividade, agressividade, diminuição do desempenho escolar, cyberbullying, entre outros. Além disso, também tem contribuído para o agravamento e crescimento exponencial de velhos problemas que tradicionalmente eram desenvolvidos somente através da interação face-a-face (Ex.: Violências e Violências Virtuais; *Bullying* e *Cyberbullying*);. Alguns usuários da rede, encobertos pela sensação de proteção advinda do estar em ambiente virtual, sentem-se mais à vontade para expressarem as suas opiniões e sentimentos ou executar ações, por vezes despercebidas, que acabam por perpetrar o assédio através das redes. Estas formas de assédio tomaram várias formas: desrespeito (enviando mensagens e/ou divulga publicações ofensivas ou vulgares), perseguição (envio de mensagens ameaçadoras), difamação (espalhando rumores), violação de privacidade (divulgação de segredo ou imagens), exclusão social (exclusão deliberada de pessoas ou grupos na rede), representação (envio de mensagens maliciosas passando se por outra pessoa).

A ideia de que os adolescentes enfrentam uma série de riscos na Internet, tornou-se um tema frequente de pesquisas em psicologia, educação, sociologia, etc (CABRA-TORRES E MARCIALES-VIVAS, 2011; PRIOESTE, 2013; SILVERSTONE, 2013; AVILÉS, 2010, 2013a, 2013b, 2015). Tais pesquisas foram motivadas pelo aumento e o uso indiscriminado das novas mídias, em que os adolescentes são usuários mais intensos, já que 65% se conectam todos os dias da semana e permanecem conectados em média 5h51 diariamente (BRASIL, PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA, 2015).

Cabra-Torres e Marciales-Vivas (2011) ressaltam a preocupação e o medo dos pais no cuidado com os seus filhos em relação às mudanças dos meios de comunicação, especialmente a Internet, pois o seu uso é de difícil controle e tem facilitado o acesso a todo tipo de conteúdo para adolescentes de todas as classes sociais e idades.

Se existe uma dificuldade de supervisão das ações dos adolescentes no ambiente virtual ela pode ser explicada pelo fenômeno “nativos digitais”. Tal terminologia foi cunhada por Marc Prensky (2001) para designar todos àqueles que já nasceram no mundo *online* e são “falantes nativos” da linguagem digital. Para Belloni e Gomes (2008), esse

fenômeno estaria provocando um período de subversão da relação tradicional entre adulto e adolescente. O cenário atual seria este: As gerações adultas, ou os não nativos digitais, não conseguiriam ou teriam dificuldades de acompanhar e se apropriar dessas novas tecnologias. Esse contexto causaria, de acordo com os autores, um abismo técnico ou um conflito de gerações, marcados por incompreensões e uma incomunicabilidade maior que as que assolaram as gerações precedentes.

É importante ressaltar a adolescência como um período marcado por grandes mudanças e vulnerabilidades, já que é nela que ocorre a transição entre a infância e a fase adulta. É reconhecida também por ser o momento de desprendimento de uma fase de dependência, vulnerabilidades e prematuridade para encaminhar-se para o desenvolvimento da autonomia e para a formação de uma nova forma de subjetivação. (ABERASTURY E KNOBEL, 1988).

Entre as mudanças próprias da adolescência está a transformação na forma de raciocinar. Calligaris (2000) afirma que durante aproximadamente os doze anos, os adolescentes integram a nossa cultura assimilando e adquirindo a capacidade de compreender a função das regras e valores que são compartilhadas pela comunidade.

MORALIDADE E EDUCAÇÃO EM VALORES SOCIOMORAIS

Para Piaget (1972) no período da adolescência serão consolidadas as estruturas das formas finais do pensamento, pois é por volta dos 12 anos de idade que ocorre a passagem do pensamento concreto para o pensamento formal ou hipotético dedutivo, e é a partir daí que o sujeito adquire a capacidade de pensar abstratamente; ou seja, as operações lógicas passam do plano da manipulação concreta para o plano das ideias, das hipóteses, do pensamento abstrato. Com o pensamento liberto das limitações da realidade concreta, os sujeitos tornam-se capazes de elaborar e construir teorias abstratas, além de serem capazes de refletir sobre causas e consequências. Tal modificação é que permite ao adolescente sua integração moral e intelectual à sociedade dos adultos.

Piaget trouxe contribuições fundamentais para o estudo da moral. La Taille (1994) destaca o pioneirismo do mesmo, citando o livro *O juízo moral na criança*, de 1932, como “um marco na história da reflexão humana sobre a moralidade” (LA TAILLE, 1994, p.10). Neste livro, Piaget relata várias pesquisas que realizou indo a campo, entrevistando crianças de diferentes idades a respeito de diversos aspectos do desenvolvimento moral, a fim de entender do ponto de vista da própria criança, o que vem a ser o respeito à regra. Esta obra é considerada referência para os estudos sobre moralidade.

De acordo com Freitag (1990) e Menin (1999), Piaget sofreu uma forte influência do filósofo alemão Immanuel Kant, em sua teoria da moralidade. Kant discute a existência de duas grandes tendências morais: a heteronomia, que significa ser governado por outros sem questionamento às regras impostas, pelo medo à punição ou visando o bem estar

e o interesse próprio; e a autonomia, que requer uma descentralização, de forma que, fundamentando-se no Imperativo Categórico, o sujeito seja capaz de se colocar no lugar do outro para agir moralmente de acordo com o bem. (MENIN, 1999)

O cerne da teoria moral de Piaget coincide com a de Kant e embora, Piaget concorde com Kant que possa haver no indivíduo duas tendências morais (autonomia e heteronomia) distingue-se do filósofo, mostrando que durante o desenvolvimento da criança, estas duas morais são construídas e a evolução de uma sobre a outra estará sujeita a uma infinidade de fatores, notadamente os que dizem respeito às formas de relações sociais que a criança está submergida (MENIN, 1999).

Na perspectiva piagetiana o desenvolvimento da moralidade, ou seja, a passagem da heteronomia para à autonomia, dependeria, num primeiro momento, de relações assimétricas, do exercício da autoridade por parte dos educadores. Sem elas, com efeito, não seria possível que a criança entrasse no que podemos chamar de mundo moral. Uma vez desenvolvido este senso moral durante a fase de heteronomia, o desenvolvimento moral prosseguiria rumo à autonomia, notadamente graças às relações de cooperação entre os indivíduos (LA TAILLE, 2002).

Nos estudos sobre a psicogênese da moralidade humana, o mesmo utilizou os dilemas morais como principal instrumento de pesquisa, o intuito era que a criança, após ouvir a narrativa, expressasse o seu julgamento dos atos cometidos. Ele embasou a sua técnica em observações detalhadas de experiências e inquéritos com crianças de diferentes idades. Dessa maneira ele foi capaz de observar as concepções que as crianças possuíam sobre as regras dos jogos, o respeito pelas regras, a mentira, o roubo e a justiça.

De forma resumida diríamos que Piaget (1932/1994) ao abordar a questão do respeito da criança pelas regras, elencou que há dois tipos de respeito e, conseqüentemente, duas morais, uma moral da coação ou moral do dever, vinda de um respeito unilateral, que são ordens devidas ao adulto e aceitas pela criança, essencialmente heterônoma; e uma moral da cooperação ou da autonomia, em que as regras passam a ser interiorizadas e não dependentes somente da coação adulta, mas são orientadas pelo respeito mútuo, cooperação e reciprocidade.

Ao falarmos da moral do dever, remetemo-nos ao estudo da noção de justiça das crianças, pois ela também a permeia. De acordo com Menin (1999) as crianças menores entendem por mais justo aquilo que foi ordenado por uma autoridade, mesmo que esse comando derive em tratamento desigual ou injusto. O desenvolvimento moral, no quesito justiça, dependeria então do início da primazia da igualdade sobre a autoridade, em que a lei se aplicasse igualmente a todos e todos teriam os mesmos direitos.

Contudo, Piaget ressalta que para compreender a moralidade deveríamos nos ater a questão do respeito, já que o respeito é o sentimento fundamental para nortear a moral. Buscando achar respostas para a questão da influência respeito ao desenvolvimento da autonomia moral, Piaget (1932/1994) deixa claro que o valor de uma ação ou um

juízo moral não está ligado às regras que se respeita, mas de que forma estas regras são respeitadas. O respeito que a criança constrói pela regra e pela pessoa que a transmite, justifica o valor moral do ato ou do juízo e é com base nesse respeito que a criança evolui moralmente.

A compreensão de que a sociedade não é homogênea e que as relações podem ocorrer de diferentes formas, é um fator primordial para entendermos a moralidade (PIAGET, 1932/1994). Existem, então, as relações ditas coercitivas (em que um indivíduo considerado superior exerce sua autoridade de forma coercitiva sobre um indivíduo considerado inferior); e as relações de cooperação (em que os indivíduos se tratam como iguais e se ajudam mutuamente). Estas duas formas de relação social conduzem a resultados diferentes. Do respeito unilateral coercitivo, então, resulta uma forma de juízo moral heterônoma, já do respeito mútuo advindo das relações de cooperação resulta, então, no juízo moral autônomo.

Piaget, nessa temática, trabalhou com crianças de até 11 anos, o que incitou o psicólogo Lawrence Kohlberg e sua equipe a desenvolver uma teoria sobre o desenvolvimento do Raciocínio Moral de adolescentes e adultos. Biaggio (2006) elucida que em relação aos estágios de moralidade, Kohlberg se aproxima de Piaget ao perpassar a dimensão de heteronomia-autonomia, entretanto, Kohlberg (1992) chegou à conclusão de que os conceitos de heteronomia e autonomia, propostos por Piaget (1932/1994), não eram suficientes para classificar os tipos de raciocínio moral que ele encontrou em adolescentes e adultos. Kohlberg (1992) apresenta então uma conceituação mais precisa e discriminada desses estágios, utilizados para classificar e categorizar todos os tipos de raciocínio moral (LEPRE, 2005). Com base nisso, propõe a existência de seis estágios de raciocínio moral, os quais podem ser agrupados em três níveis: o pré-convencional, o convencional e o pós-convencional, em que cada nível pode ser subdividido em dois, perfazendo um total de seis estágios:

I) Nível pré-convencional: característico da maioria das crianças até por volta dos 9 anos de idade, baseado em necessidades individuais. Onde estão contidos os estágios: Estágio 1 – Orientação para a punição e a obediência: o moralmente correto é aquele que não é punido; Estágio 2 – Hedonismo Instrumental Relativista: a ação moralmente correta é baseada em termos do prazer ou da satisfação das necessidades da pessoa.

II) Nível convencional: baseado no desempenho correto de papéis e no atendimento de expectativas. Subdividido em: Estágio 3 – Moralidade do bom garoto, de aprovação social e relações interpessoais: o comportamento moralmente certo é pautado na aprovação do outro; Estágio 4 – Orientação para lei e ordem: existe um grande respeito pela autoridade, por regras fixas e pela manutenção da ordem social. Deve-se cumprir o dever.

III) Nível pós-convencional: moralidade por princípios universalizantes. Composto por: Estágio 5 – Orientação para o contrato social: as leis não são consideradas válidas

pelo mero fato de serem leis, admitem que elas podem ser injustas e devem ser mudadas; Estágio 6 – Princípios universais de consciência: o indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas o indivíduo resiste ao invés de se conformar com o poder estabelecido e com a autoridade.

É importante ressaltarmos o paralelismo existente entre o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento do raciocínio moral. Ou seja, o desenvolvimento de um raciocínio moral avançado dependeria de um raciocínio lógico avançado. Dessa forma entendemos que só estariam aptos a construir um raciocínio moral autônomo, do nível pós-convencional (estágios 5 e 6) aqueles que já tivessem alcançado o pensamento operatório formal. No entanto, devemos estar atentos que embora essa condição seja necessária, ela não é suficiente, já que vários indivíduos apresentam um estágio lógico mais alto que seu estágio moral, mas nunca um estágio moral mais alto que seu estágio lógico (LEPRE, 2005).

La Taille (2002) embora não discuta a questão da moral no contexto virtual das redes sociais online, faz importantes apontamentos sobre a questão dos limites morais dentro da área da educação. Sua aproximação com o tema se deu através dos crescentes questionamentos sobre a falta de limites dos jovens na atualidade. Para o autor quando citamos a palavra “limites” possivelmente seríamos levados a pensar na questão do monitoramento ou do controle parental, já que constantemente o termo é empregado dentro do campo da psicologia moral como obrigação, proibição ou restrição de liberdade, em outras palavras, diríamos que é aquilo que denominamos como dever. Sabe-se que os deveres morais representam uma necessidade intrínseca para o convívio em sociedade, por isso desde os primórdios da civilização os limites restritivos permeavam a educação infanto-juvenil. Eram comuns o respeito pela autoridade, a obediência e a disciplina, que sempre foram necessários sim, em um primeiro momento, para o desenvolvimento moral. De acordo com o autor, atualmente, os pais possuem dificuldades na hora de impor limites, pois têm medo de serem taxados como autoritários. Tal temor os influenciaria a não expor claramente as questões da existência dos deveres e dos limites, e como resultado as crianças e os jovens não reconheceriam a existência de regra alguma (anomia).

Parece que de fato ainda há valores morais nos adolescentes, no entanto, o conteúdo dos valores está se modificando, de morais, por valores estranhos ou até contrários à moralidade. Prevalece nesses adolescentes um senso de justiça individualista ou no máximo estendido às suas relações afetivas, já que 76% dos participantes disseram que não generalizariam os valores para qualquer ser humano. Isso nos demonstra que a geração atual, reflete de maneira heterônoma e restringem a moral à esfera privada em detrimento da dimensão pública (TOGNETTA; VINHA, 2009).

Além dessa, outras pesquisas (SHIMIZU, 2002, 2004; LEPRE, 2005; RIQUE et al., 2013; KADOOKA, 2015) apontam o baixo nível do raciocínio moral dos adolescentes e

sugerem a necessidade de estudos ou intervenções que tenham como meta auxiliar no desenvolvimento da autonomia moral ou propiciar que esses jovens alcancem estágios mais elevados de raciocínio moral. Nessas pesquisas o estágio 4 (nível convencional) prevalece na população jovem e adulta, e, em termos de Educação Moral, isso não é o que se almeja.

José María Avilés Martínez, psicólogo e professor da Universidad de Valladolid, têm se dedicado à pesquisa da convivência escolar, intimidação entre iguais, bullying e cyberbullying. Para o autor, a falta de uma educação moral na vida do sujeito, acaba por ser a principal responsável pela origem da prática de atitudes de desrespeito ao próximo, seja ela em forma de violência, injustiça ou descumprimento de regras (AVILÉS, 2013a, 2013b, 2015). Após as suas pesquisas ele lança um Programa Educativo denominado de PRIRES (Programa de Prevenção de Riscos nas Redes Sociais), que tem como principal objetivo por em prática uma intervenção em educação moral.

Essa nova realidade de relações interpessoais, explicitadas pelas inúmeras formas de interação virtual, trazem para o horizonte novos desafios contemporâneos que devem ser compreendidos e analisados, tornando imprescindível acompanhar o desenvolvimento dessas novas formas de ser no mundo, trazendo à roda debates fecundos para o desenvolvimento de novas abordagens sobre o tema.

Para Biaggio (2006) a ética como transversal no currículo escolar (permeando todas as disciplinas), conforme apresentada nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e Cultura (1998), representou um ponto de partida extremamente positivo para a educação moral no Brasil, pois tornava todos os professores responsáveis pela formação moral, trazendo a ética não como uma disciplina estanque, mas transpassando todas as disciplinas do currículo. Contudo, em uma análise sobre projetos nacionais envolvendo a educação em valores sociomoraes desenvolvidos em escolas públicas de ensino fundamental II (6º a 9º ano) e ensino médio, Menin et al. (2017) constataram que a grande maioria dos projetos são iniciativas isoladas, com finalidades morais pouco claras, ou direcionadas mais ao controle disciplinar dos alunos do que à construção de valores.

Segundo Buxarrais (1997) existem três modelos de educação moral, que se diferenciam em termos metodológicos e principalmente, pelos seus objetivos. O primeiro modelo é baseado em valores doutrinadores e absolutos, como, por exemplo, a educação religiosa e a disciplina “Educação Moral e Cívica”. Já o segundo, trata-se de modelo *laissez-faire* baseado no relativismo e tende a considerar os valores como subjetivos e, portanto, adota uma postura neutra diante dos problemas emergentes. Já o terceiro, é um modelo baseado na construção de valores morais, e fundamental às instituições escolares. a temática dos valores sociomoraes deve ser objeto de reflexão da escola, direcionando a educação para a autonomia e conseqüentemente a formação de sujeitos críticos condizente com o objetivo da educação moral nas escolas; orientada por princípios fundamentais como dignidade, empatia, solidariedade, respeito mútuo, justiça, de modo que as aprendizagens

possam ser vivenciadas, exploradas, discutidas e refletidas. Dessa forma, a educação em valores sociomoraes pode se tornar crucial na proteção aos riscos relacionados ao uso das redes sociais como: privacidade, falta de segurança, sexting, bullying e cyberbullying, dentre outros. Tendo como base os valores sociomoraes, a educação deve tentar antecipar as situações de risco pelas quais os alunos possam passar e enfrentar, principalmente nas relações intermediadas pelas novas tecnologias. Dessa forma, a construção e discussão dos valores sociomoraes devem ser colocadas como como emergenciais tendo em vista o grande número de casos na sociedade em que a incivilidade, intolerância e a violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que a intervenção em educação moral deve ter como meta educativa a elaboração de programas com vistas a transformar situações de risco, conflito, violência ou comportamentos antissociais em realidades pessoais e sociais mais saudáveis e moralmente aceitas. Mas para que tal intervenção seja efetiva, não devemos analisar a escola como um microcosmo isolado, pois ela faz parte da sociedade, além de possuir o papel de educar para a resolução de conflitos morais, que têm crescido nos últimos anos. Essencialmente, porque os modelos de relação se modificaram, a sociedade está mudando e a escola não respondeu com a mesma velocidade. Vivemos em um mundo digitalizado, informatizado, das imagens, e na educação ainda são utilizadas regras e metodologias de épocas anteriores. Tal fato causa uma desconexão, um desinteresse acadêmico e muitos dos problemas dos quais os professores frequentemente se queixam.

É importante que todos entendam que o virtual não é menos real, e por isso, exige menos responsabilidade. No ciberespaço também é preciso regras, princípios, normas e valores condizentes com um compromisso moral, respeito e tolerância.

É preciso compreender que a tolerância não é, em nenhum caso, a consequência natural do relativismo moral, como frequentemente se diz. A tolerância tem como fundamento uma convicção moral muito determinada para qual exige a universalidade. Ao contrário o relativista moral pode se perguntar: “por quê eu deveria ser tolerante?” Minha moral me permite a violência e a intolerância (SPAEMAN, 1994, p.23)

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. Adolescência Normal. Tradução Suzana Maria Garagoray Ballve. 1988.

AVILÉS, José María Avilés Martínez. Éxito escolar y cyberbullying. Boletín de psicología, n. 98, p. 73-85, 2010.

_____. José María Avilés Martínez. Análisis psicosocial del cyberbullying: claves para una educación moral. Papeles del psicólogo, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013a.

_____. José María Avilés Martínez. A PSYCHOSOCIAL ANALYSIS OF CYBERBULLYING: KEYS TO A MORAL EDUCATION. Papeles del Psicólogo, v. 34, n. 1, p. 65-73, 2013b.

_____. José María Avilés Martínez. Programa educativo PRIRES: Programa de Prevención de Riesgos en las Redes Sociales. Revista de Investigación en Psicología, v. 17, n. 2, p. 13-23, 2015.

BATAGLIA, Patricia Unger Raphael. Um estudo sobre o juízo moral e a questão ética na prática da Psicologia. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BELLONI, MARIA LUIZA; GOMES, NILZA GODOY. Infância, mídias e aprendizagem: autodidaxia e colaboração. Educação & Sociedade, v. 29, n. 104, p. 717-746, 2008.

BIAGGIO, Ângela Maria. Pesquisas em psicologia do desenvolvimento e da personalidade. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1984.

_____. Ângela Maria. Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. Moderna, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. SECOM.

_____. CONGRESSO NACIONAL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Estatuto da Criança e do Adolescente. Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2003.

BUXARRAIS, M. R. La formación Del profesorado em educación en valores: propuesta y materiais. Bilbao: Desclée de Brouwer, 1997.

CABRA-TORRES, F.; MARCIALES-VIVAS, G. Internet y pánico moral: revisión de la investigación sobre la interacción de niños y jóvenes con los nuevos medios. Universitas Psychologica, v. 10, n. 3, p. 855-865, 2011.

CALLIGARIS, Contardo. A Adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000.

CASTELLS, Manuel; EM REDE, A. Sociedade. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 3, 1999.

COLBY, Anne; KOHLBERG, Lawrence. (1987). The measurement of moral judgment. Nova York: Cambridge University Press

COLVARA, Lauren Ferreira. Tecnototemismo: a subjetividade em tempos tecnológicos. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DA SILVA, Ridley David Fabrício. As redes sociais como espaço de articulação dos protestos sociais no contexto democrático do século XXI. Temática, v. 11, n. 5, 2015.

DE SANTANA, Vagner Figueiredo et al. Redes sociais online: desafios e possibilidades para o contexto brasileiro. Semish, 2009.

ELLISON, Nicole B. et al. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

FREITAG, Bárbara. Razão teórica e razão prática: Kant e Piaget. ANDE. São Paulo: Associação Nacional de Educação v. 09, n. 15, p. 55-68, 1990.

KADOOKA, Aline. Relações entre os estilos parentais e juízo moral de adolescentes. 2015. Dissertação de Mestrado.

KEEN, Andrew. Vertigem Digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Zahar, 2012.

KOHLBERG, Lawrence. The Psychology of Moral Development: The Nature and Validity of Moral Stages (Essays on Moral Development, Volume 2). Harper & Row, 1984.

_____. Lawrence. Psicología del desarrollo moral. 1992.

KOLLER, Silvia Helena, Biaggio, Ângela Maria, & Viñas, A. Efeitos do sexo do protagonista na avaliação de diferenças de gênero no julgamento moral. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 8, 327-339, 1992.

LA TAILLE, Yves de (2002). Vergonha, a ferida moral. *Petrópolis: Vozes*, 73-112.

_____. Yves de. Prefácio da edição brasileira de O Juízo Moral na Criança de Piaget. In: Piaget. (Org.). O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, p. 7-22, 1994.

LEPRE, Rita Melissa. Raciocínio Moral e uso abusivo de álcool por adolescentes. Raciocínio Moral e uso abusivo de álcool por adolescentes. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

LEPRE, Rita Melissa; MARTINS, Raul Aragão. Raciocínio moral e uso abusivo de bebidas alcoólicas por adolescentes. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, p. 39-45, 2009.

LINS, M. T. D. F. Desenvolvimento moral em universitários: uma intervenção educacional. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1993.

MACHADO, Joice Mengue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. *RENTE*, v. 3, n. 1, 2005.

MENIN, Maria Suzana de Stefano. Desenvolvimento Moral: Refletindo com pais e professores. In: Cinco Estudos de Educação Moral. Coleção Psicologia e Educação. 2a ed. Casa do Psicólogo. São Paulo, 1999.

MENIN, S.S. M; TREVISOL, T.C. M; ZECHI, J. A. M.; UNGER P. R. B. Projetos bem-sucedidos de educação em valores sociomorais: contribuições para o cotidiano da escola. *Revista de Educação PUC-Campinas*. 2017.

PIAGET, Jean. A Evolução Intelectual da Adolescência à Vida Adulta. Trad. Fernando Becker; Tania B.I. Marques, Porto Alegre: Faculdade de Educação, 1993. Traduzido de: *Intellectual Evolution from Adolescence to Adulthood*. *Human development*, v. 15, p. 1-12, 1972.

_____. Jean. O juízo moral na criança (1932). São Paulo: Summus, 1994.

POSTIGO, Vanuza Monteiro Campos. O irmão zela por ti: redes sociais, vigilância e processos de subjetivação. *Mídias Sociais, Saberes e Representações*, Simpósio em tecnologias digitais e sociabilidade, Salvador, 2011.

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants part 1. *On the horizon*, v. 9, n. 5, p. 1-6, 2001.

PRIOSTE, Cláudia Dias. O adolescente e a internet. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RIQUE, Júlio et al. Julgamento moral de jovens em diferentes contextos políticos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 65, n. 2, 2013.

SHIMIZU, A. M. (2002). Representações sociais e julgamentos morais de jovens: Um estudo intercultural comparando duas abordagens teórico-metodológicas (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, Brasil.

_____. Alessandra de Moraes. Defining Issues Test-2: fidedignidade da versão brasileira e ponderações acerca de seu uso em pesquisas sobre moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 5-14, 2004.

SIGALÉS, Carles et al. La integración de Internet en la educación escolar española: situación actual y perspectivas de futuro. Barcelona (Spain): Fundación Telefónica, 2008.

SILVERSTONE, Roger. *Media and morality: On the rise of the mediapolis*. John Wiley & Sons, 2013.

SPAEMANN, Robert. *Notions fondamentales de morale*. Paris: Flammarion, 1994

TEE, Kimberly; BRUSH, AJ Bernheim; INKPEN, Kori M. Exploring communication and sharing between extended families. *International Journal of Human-Computer Studies*, v. 67, n. 2, p. 128-138, 2009.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; VINHA, Telma Pileggi. Valores em crise: o que nos causa indignação. *Crise de valores ou valores em crise*, p. 15-45, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção 179, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 265

Altas habilidades/superdotação 176, 177, 181, 187, 228, 229, 233

Aprendizagem 4, 5, 6, 7, 8, 21, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 90, 94, 95, 98, 101, 102, 106, 108, 111, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 197, 210, 217, 218, 230, 232, 233, 234, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 266, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 285, 286, 292, 293

Aprendizagem ativas 251

Atividades em grupo on-line 176, 179, 180, 181

Autoestima 20, 21, 50, 51, 52, 156

Autorregulação 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37

B

Brincadeiras 114, 117, 269, 270, 271, 276, 278, 279, 292

Brinquedos 114, 119, 150, 269, 270, 276, 277, 279

C

Charbonneau 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84

Covid-19 1, 44, 60, 61, 65, 74, 177, 186, 187

D

Deficiência visual 85, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 101

Desafios 5, 24, 26, 63, 71, 72, 73, 85, 86, 101, 105, 109, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 173, 186, 197, 215, 217, 229, 236, 241, 245, 254, 255, 256, 260, 267, 273

Descentralização 3, 212, 227, 230

Dificuldades de aprendizagem 57, 67, 74, 145, 148, 269, 270, 280

Direitos humanos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 103, 104, 110, 220, 222, 224, 230, 232, 268

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 17, 19, 21, 29, 33, 36, 37, 42, 44, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131,

132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 151, 153, 154, 155, 158, 159, 161, 166, 170, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 218, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 254, 257, 258, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 291, 293, 294, 295, 296, 297

Educação de imigrantes 77

Educação em valores sociomoraes 208, 211, 215, 216, 218

Educação especial 86, 90, 92, 99, 129, 131, 132, 142, 143, 151, 179, 187, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Educação geográfica acadêmica 85, 86

Educação inclusiva 85, 86, 91, 93, 98, 101, 142, 143, 145, 147, 151, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236

Educação infantil 112, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 133, 134, 137, 139, 140, 141, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 291, 293, 294, 295, 296

Educação libertadora 139, 188, 190, 193, 196

Educação on-line 60, 61, 62, 63, 64, 67, 68, 70, 73

Enfrentamentos 125, 129, 142

Ensino-aprendizagem 32, 38, 39, 40, 41, 42, 57, 102, 106, 108, 142, 193, 279

Ensino de línguas 188, 189, 191, 193, 196, 197, 251

Ensino de Sociologia 102, 106

Ensino remoto 1, 8, 61, 64, 72, 76, 177, 178, 179, 185, 186

Ensino superior 2, 4, 7, 12, 13, 20, 21, 22, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 93, 101, 102, 107, 113, 134, 297

Escola Paranaense 77

Estágio supervisionado 102, 105, 109

Estimulação 25, 97, 148, 151, 198, 201, 205, 206, 207

Estudantes 4, 6, 13, 14, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 29, 32, 34, 35, 36, 47, 52, 53, 54, 61, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 85, 86, 89, 90, 92, 94, 95, 97, 98, 99, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 145, 149, 153, 155, 163, 164, 167, 171, 172, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 249, 253, 254, 255, 256

Etnografia escolar 102

F

Fisioterapia 198, 199, 201, 205, 207

Formação 5, 6, 7, 12, 13, 61, 67, 68, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 83, 85, 89, 90, 93, 94, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 122, 123, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 147, 148,

150, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 173, 179, 187, 189, 191, 192, 196, 197, 199, 209, 211, 215, 224, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 255, 257, 259, 261, 264, 265, 268, 269, 292, 294, 295, 296, 297

Formação de professores 110, 111, 191, 196, 197, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 235, 259, 297

G

Gamificação 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

Gramática 192, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258

H

História da educação 77, 79, 80, 83, 84, 119, 190

Homens na Pedagogia 112, 125

I

Idosos 2, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 108, 118, 254

Inclusão 4, 8, 29, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 101, 104, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 192, 202, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 248, 265

Infância 57, 61, 74, 104, 113, 123, 157, 211, 217, 220, 223, 280, 283, 286, 296

Interculturalidade 188, 189, 192, 193, 196

Intergeracional 20, 24

J

Jogos 65, 114, 150, 159, 167, 180, 182, 185, 186, 212, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 270, 272, 276, 279, 280, 296

Jogos eletrônicos 252

L

Letramento digital 73, 259, 268

Letramento informacional 259, 261, 262, 265, 266, 267

M

Materiais concretos 149, 243, 246, 249

Mercado de trabalho 22, 110, 112, 114, 115, 122, 126, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 155, 158

P

Pedagogia freireana 188, 196, 238, 241

Pedagogo 79, 112, 114, 122, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141, 191, 269

Planejamento didático-pedagógico 60

Políticas públicas 19, 40, 56, 89, 138, 143, 151, 220, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 233, 235, 236, 283, 284

Práticas de ensino 60, 63, 142, 144, 232

Prevenção de riscos 215, 259

Q

Qualidade de vida 21, 38, 40, 41, 43, 45, 46, 48, 50, 52, 53, 57, 58, 59, 201

R

Recurso didático tátil 85, 95

Redes sociais 17, 23, 70, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 234, 265, 266, 268

Reflexões freireanas 238

Relações de gênero 112, 115, 118, 126, 134, 135, 137, 140, 141

Relações interpessoais 39, 43, 51, 65, 176, 180, 186, 213, 215

Resolução de problemas 156, 173, 243, 245, 248, 250

S

Saúde escolar 38

Situação-problema 243, 245

Sociedade da informação 1, 2, 3, 7, 8, 268

T

TEA 95, 179, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 229

Tecnologias da informação e comunicação 1, 4, 8

Teoria 10, 22, 37, 58, 67, 95, 140, 211, 212, 213, 218, 238, 239, 242, 244, 245, 246, 247, 250, 253, 267, 270, 289, 296

W

Web 208, 209, 259, 260, 265

2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



2

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 